



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE BRAGANÇA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

ARIANE VIANA DE AVIZ

**REFLEXÕES AUTOBIOGRÁFICAS SOBRE EXPERIÊNCIAS FORMATIVAS
VIVENCIADAS EM UM CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
EM BRAGANÇA-PARÁ.**

BRAGANÇA – PARÁ

ARIANE VIANA DE AVIZ

**REFLEXÕES AUTOBIOGRÁFICAS SOBRE EXPERIÊNCIAS FORMATIVAS
VIVENCIADAS EM UM CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM
BRAGANÇA-PARÁ.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Educação da Universidade Federal do Pará, Campus Universitário de Bragança, como requisito para obtenção do título em Licenciatura plena em Pedagogia, sob a Orientação do Prof.^o Dr.: José de Moraes Sousa.

BRAGANÇA – PARÁ

ARIANE VIANA DE AVIZ

**REFLEXÕES AUTOBIOGRÁFICAS SOBRE EXPERIÊNCIAS FORMATIVAS
VIVENCIADAS EM UM CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM
BRAGANÇA-PARÁ.**

Data de aprovação: 12 / 06 / 2026.

Conceito: EXCELENTE.

BANCA EXAMINADORA

Profº. Dr.: José de Moraes Sousa – Orientador
Faculdade de Educação - Campus Universitário de Bragança.

Profº. Me. José Adalberto Gomes da Silva – Faculdade de Educação.

Profª. Dra Nádia Sueli Araújo da Rocha -
Examinadora Campus Universitário de Bragança.

BRAGANÇA – PARÁ
Junho de 2026

AGRADECIMENTOS

Antes de tudo, agradeço a Deus, que foi meu alicerce em cada passo dessa caminhada. Em todos os momentos, tive sua força e orientação. Como diz a Palavra: “Isso acontecerá para que todos vejam e saibam, para que todos prestem atenção e entendam que foi o Senhor quem fez isso, que foi o Santo Deus de Israel que o realizou.” (Isaías 41:20 – NTLH)

Sem Ele, nada disso seria possível.

Aos meus familiares, meu amor e gratidão. Em especial à minha mãe, Maria de Nazaré Viana Sousa, e ao meu pai, Rui José Viana Sousa, que sempre acreditou nos meus sonhos e me deu forças para seguir em frente. Ainda que hoje ele não esteja mais entre nós, sinto sua presença e apoio em cada conquista. Também agradeço ao meu avô Benedito Sousa, por fazer parte dessa trajetória.

Aos meus filhos, David Wuylliam Aviz Silva e Isabela Aviz Luz, obrigada por serem meu porto seguro. Vocês me deram força nos momentos em que tudo parecia mais difícil. Sou imensamente grata por ter vocês na minha vida.

Aos amigos que caminharam comigo, tanto na vida pessoal quanto na vida acadêmica, minha amiga Ananda de Melo, sempre presente, apoiando-me nos momentos mais difíceis, Djanne Melo, pela parceria, ao Jailson Luz da Silva, cuja presença e apoio foram constantes e muitas vezes além do que eu poderia imaginar ou merecer. Meu sincero reconhecimento a cada um de vocês.

Aos colegas de turma, especialmente ao grupo com o qual tive o prazer de fazer parte, Carmem Silvia, Eduarda Melo, Leile Alves e Graciane Ramos. Um agradecimento mais que especial à Gizele Ribeiro, que esteve ao meu lado do início ao fim. Gizele, sua ajuda foi fundamental, não só como colega, mas como amiga. Nossa amizade vai muito além da sala de aula, e levo comigo tudo o que vivemos e construímos juntas.

Gostaria de agradecer ao meu amigo Danilo Corrêa, por toda a trajetória que construímos ao longo desses anos de curso. Sua amizade, companheirismo e apoio foram fundamentais para que eu chegasse até aqui. Obrigada por cada momento compartilhado, pelas conversas, pela parceria, principalmente pelo acolhimento nos momentos em que mais precisei. Seu carinho, sua presença e sua amizade fizeram toda a diferença nessa caminhada. Levarei comigo todas as lembranças, aprendizados e experiências que vivemos juntos. Sou muito grata por ter você na minha vida, obrigada por tudo Danilo.

Por fim, agradeço ao meu orientador, José de Moraes Sousa, pela paciência, pelas orientações e pela partilha da sua experiência. Seu apoio foi essencial para que eu chegasse até aqui.

Encerrar esta etapa me enche de gratidão. Cada um que esteve comigo de alguma forma fez diferença. Esse trabalho é também de vocês.

Muito obrigada!

Dessa forma, compreendi que minha atuação como futura pedagoga deve ser pautada pela sensibilidade, pela flexibilidade e pela capacidade de dialogar com diferentes realidades. O trabalho em ambiente não escolar não apenas enriqueceu minha formação acadêmica, mas também despertou em mim a consciência do papel social da educação, reafirmando compromisso em me tornar uma educadora capaz de promover transformações, onde quer que a educação aconteça.

RESUMO

Este Trabalho de Conclusão de Curso tem como objeto de estudo experiências educativas não formais vivenciadas em um Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) no município de Bragança, Pará . O objetivo consistiu em analisar práticas educativas que vivenciei em um Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), em Bragança-Pará, tendo em vista contribuições para minha formação inicial como professora. A pesquisa foi desenvolvida por meio de uma abordagem qualitativa, fundamentada na pesquisa narrativa, autobiográfica e memorialística, tendo minhas memórias e vivências como fontes de análise e reflexão. Os resultados evidenciaram que as práticas educativas realizadas no CRAS contribuíram para a compreensão do papel social como Pedagogia em contextos não escolares, possibilitando aprendizagens relacionadas à promoção de direitos, à valorização da autoestima e da participação social de idosos, bem como ao fortalecimento da cidadania e da inclusão social. As experiências analisadas ampliaram minha compreensão sobre os múltiplos campos de atuação do pedagogo e fortaleceram minha identidade docente, evidenciando a relevância da educação não formal para a formação humana e profissional. Para isso, foram utilizados como norteammento teórico, autores como Benjamin (1994); Bolívar.; Domingo e Fernandez (2001);Bogdan e Biklen (1994); Bosi (1994); Freire (1987); dentre outros.

Palavras-chave: Formação docente, educação não formal, CRAS, Pesquisa autobiográfica.

ABSTRACT

This Course Completion Paper focuses on non-formal educational experiences lived in a Social Assistance Reference Center (CRAS) in the municipality of Bragança, Pará, Brazil. The objective was to analyze educational practices that I experienced in a Social Assistance Reference Center (CRAS) in Bragança, Pará, considering their contributions to my initial teacher education. The research was developed through a qualitative approach, grounded in narrative, autobiographical, and memorialistic research, using my memories and experiences as sources of analysis and reflection. The results showed that the educational practices carried out at the CRAS contributed to the understanding of the social role of Pedagogy in non-school contexts, enabling learning related to the promotion of rights, the enhancement of self-esteem and social participation of older adults, as well as the strengthening of citizenship and social inclusion. The experiences analyzed broadened my understanding of the multiple fields of action of the pedagogue and strengthened my teaching identity, highlighting the relevance of non-formal education for human and professional development. For this purpose, authors, such as Benjamin (1994); Bolívar.; Domingo e Fernandez (2001); Bogdan e Biklen (1994); Bosi (1994); Freire (1987); among others.

Keywords: Teacher education, non-formal education, CRAS, autobiographical research.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	9
2. 2. CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL COMO LUGAR DE EXPERIÊNCIAS FORMATIVAS.....	11
3. PERSPECTIVAS METODOLÓGICAS.....	15
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	17
4.1. Episódio 1 – A Conscientização sobre o Enfrentamento ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes	18
4.2. Episódio 2 – O Fortalecimento da Autoestima e Socialização de idosos	22
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	25
6. REFERÊNCIAS.....	28

1. INTRODUÇÃO

A formação inicial de professores constitui um dos pilares fundamentais para a consolidação da identidade docente e para o desenvolvimento de práticas pedagógicas comprometidas com a transformação social. De acordo com Nóvoa (1995, p. 25), a formação de professores não deve ser entendida apenas como a aquisição de saberes técnicos e metodológicos, mas como um processo que envolve a construção da pessoa, do profissional e do cidadão. Assim, a formação docente é dinâmica, plural e se efetiva em diferentes tempos e espaços da vida.

Tradicionalmente, associa-se a formação inicial às instituições acadêmicas, onde os futuros docentes têm contato com teorias pedagógicas, além de fundamentos históricos e metodológicos. No entanto, como destaca Tardif (2002, p. 36), os saberes que constituem a prática docente são múltiplos e se originam de diferentes experiências: acadêmicas, profissionais e sociais.

Nesse sentido, Gohn (2006, p. 29) ressalta que a educação não formal, desenvolvida em espaços sociais; associações comunitárias; Organizações não governamentais (ONG'S) e instituições públicas, tais como os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), representam uma instância relevante para a formação humana e cidadã. Para os futuros pedagogos, atuar nestes espaços amplia a compreensão do papel social da educação, ao possibilitar o contato com sujeitos em situação de vulnerabilidade social, promovendo a construção de práticas educativas voltadas à inclusão, ao diálogo e ao fortalecimento da cidadania.

Assim, compreender a formação inicial docente como processo que se constrói não apenas nos espaços acadêmicos, mas também nas experiências vividas em contextos sociais diversos, é essencial para repensar o lugar do pedagogo na sociedade contemporânea. Desta forma, este trabalho parte da perspectiva de uma vivência pessoal, tendo como questão problema o questionamento: Em que aspectos e experiências educativas que vivenciei em um CRAS, contribuíram para minha formação inicial como professora?

Este estudo tem como objetivo geral analisar práticas educativas que vivenciei em um Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), em Bragança-Pará, tendo em vista contribuições para minha formação inicial como professora. Para alcançar esse objetivo, a

pesquisa propôs, como objetivos específicos, identificar experiências que vivencie no CRAS que tiveram impactos para minha formação docente; evidenciar aprendizagens para minha formação docente provenientes das experiências que vivenciei no CRAS e refletir sobre a importância do CRAS como espaço não formal que pode contribuir para a formação docente.

A pesquisa caracteriza-se como autobiográfica, uma vez que tem como objeto de estudo minhas experiências educativas vividas por mim como voluntária em um núcleo de CRAS na cidade Bragança, Pará. A metodologia adotada fundamenta-se em um relato reflexivo, construído a partir de minhas memórias, do registro das atividades realizadas e da análise crítica das aprendizagens produzidas nesse percurso. Por ter-me me sentido motivada quando cursei o componente curricular Pedagogia em Ambientes não Escolares ministrado pelo professor Dr. José de Moraes, em que em uma conversa com ele manifestei interesse em contribuir com o ambiente e, com sua intermediação, tive a oportunidade de desenvolver atividades educativas voluntárias, em consonância com os objetivos do CRAS e sob a orientação de sua equipe pedagógica.

A justificativa para a realização deste estudo encontra-se em diferentes dimensões. Em nível pessoal, ele representa a possibilidade de ressignificar meu processo formativo, evidenciando como experiências em espaços não formais potencializam minha formação, amplia minha visão de mundo e fortalecem minha identidade docente. Em nível acadêmico, o trabalho contribui para a produção de conhecimento no campo da formação de professores, ao destacar a relevância dos espaços educativos não escolares como cenários legítimos de formação inicial e em nível social, este estudo se justifica por reconhecer o papel da educação não formal na promoção da cidadania, na inclusão social e no enfrentamento das desigualdades, ao valorizar a atuação pedagógica em ambientes que dialogam diretamente com as demandas da comunidade.

As vivências foram organizadas em dois momentos: o primeiro de integração, marcado pelo conhecimento do funcionamento do CRAS, sua equipe, seus objetivos e o público alcançado; e o segundo de intervenção pedagógica, quando pude planejar e executar atividades educativas junto aos contemplados pelo serviço, refletindo continuamente sobre as contribuições dessa experiência para minha formação docente, o que será descrito nos tópicos posteriores.

2. CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL COMO LUGAR DE EXPERIÊNCIAS FORMATIVAS

O Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), é uma unidade da rede Socioassistencial de Proteção Social Básica, que oferta ações e serviços sociais, com funções exclusivas de caráter público do trabalho social para familiares do serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), que é oferecido em todos os CRAS do território nacional (BRASIL, 2014, p. 20).

Com base nos princípios estabelecidos pela Constituição Federal de 1988, foi instituída, em 1993 a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), que passou a regulamentar a política de assistência social no Brasil (BRASIL, 1993). Posteriormente, em 2004, foi estruturado o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), com objetivo de organizar e normalizar os serviços, benefícios, programas e projetos desenvolvidos no âmbito da assistência social (BRASIL, 2004).

Ainda no primeiro mandato do presidente Luís Inácio Lula da Silva, foi implantada a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), por meio do então Ministério do Desenvolvimento de Assistência Social e Combate à Fome (MDS), a qual instituiu o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) como principal unidade pública de proteção social básica do SUAS (BRASIL, 2004). De acordo com o Censo SUAS 2022, o Brasil possui aproximadamente 8.557 Centros de Referência de Assistência Social em funcionamento em território nacional (BRASIL, 2022), sendo quatro deles na cidade de Bragança.

Os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) constituem a principal porta de entrada da política de assistência social, tendo como objetivo apoiar famílias em situação de pobreza, ausência de renda, dificuldade de acesso aos serviços públicos e fragilização dos vínculos familiares e comunitários, promovendo o acesso a direitos e a melhoria da qualidade de vida (BRASIL, 2004). O CRAS configura-se como unidade pública estatal de referência para a oferta dos serviços socioassistenciais da Proteção Social Básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), atendendo famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade social, incluindo crianças, adolescentes, idosos e pessoas com deficiência (BRASIL, 2004).

É recorrente a percepção de que o trabalho desenvolvido nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) se restringe à inscrição em programa de transferência de renda, como o Programa Bolsa Família. No entanto, para além da inclusão das famílias no Cadastro

Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), os CRAS desenvolvem diversas ações junto à comunidade, destacando-se o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) e o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), bem como a articulação com outras políticas públicas e programas socioassistenciais (BRASIL, 2004; BRASIL, 2012).

O Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), tem como objetivo apoiar as famílias que buscam atendimento no CRAS, auxiliando no enfrentando de situações de vulnerabilidade social, na prevenção da ruptura dos vínculos familiares e comunitários, bem como na promoção do acesso a direitos e na melhoria da qualidade de vida das pessoas atendidas (BRASIL, 2004, p. 35).

Os serviços ofertados pelo CRAS incluem atendimento às famílias por meio do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), orientações acerca de benefícios sociais e dos direitos dos cidadãos, bem como apoio para o enfrentamento de dificuldades no convívio familiar e o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários. Ademais, os CRAS possibilitam acesso a serviços, programas e projetos da política de assistência social, além de oferecerem informações e orientação sobre o encaminhamento em situações de violência doméstica e sobre serviços públicos disponíveis no território (BRASIL, 2004; BRASIL, 2012).

O funcionamento das unidades do CRAS ocorre, em geral, durante oito horas diárias, sendo o tempo de atendimento definido de acordo com a organização de cada unidade e com as demandas e necessidades do público atendido (BRASIL, 2012).

O Centro de Referência em Assistência Social (CRAS), no qual esta pesquisa foi realizada, conta com uma unidade de atendimento que dispõe de espaço físico compatível com a demanda de serviços ofertados e com a realização das atividades internas. A estrutura do local é composta por:

- Uma recepção;
- Uma sala para atendimento do Cadastro do Único;
- Uma sala para o atendimento da assistência social;
- Sala do responsável pela direção;
- Sala reservada aos funcionários;
- Uma cozinha;

- Dois banheiros;
- Um galpão anexo a unidade.

Os atendimentos ao público ocorrem de segunda a quinta-feira, enquanto às sextas-feiras são desenvolvidas atividades internas de planejamento e organização. A unidade conta com um total de 23 funcionários que atuam diretamente no desenvolvimento das ações e serviços ofertados pelo CRAS.

A equipe técnica do CRAS realiza diversas atividades e atendimentos que contemplam diferentes públicos, incluindo pessoas com deficiência, idosos, crianças e adolescentes. Dentre os principais serviços desenvolvidos na unidade, destaca-se o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), que consiste na realização de atividades em grupo organizadas de acordo com o ciclo de vida dos usuários, abrangendo crianças, adolescentes e idosos. Em cada grupo, são adotadas estratégias específicas de acolhimento e desenvolvidas atividades metodológicas voltadas às necessidades de cada público, com objetivo de promover habilidades sociais, inclusão social, interação e outros aspectos de caráter educativo e social.

Além disso, são realizados atendimentos relacionados ao Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, que reúne informações sobre as famílias brasileiras em situação de pobreza e extrema pobreza. A unidade também atende beneficiários do Programa Bolsa Família, caracterizado como um Programa de transferência direta e condicionada de renda que, articulado com outras políticas, busca contribuir para a superação da pobreza e para a melhoria das condições de vida das famílias atendidas.

A unidade conta com uma equipe multiprofissional composta por assistentes sociais, educadores sociais, pedagogos, psicólogos e outros colaboradores. A organização das atividades e dos projetos desenvolvidos no CRAS ocorre a partir do calendário estabelecido pela Secretaria Municipal de Educação (SEMED). Mensalmente, são realizadas reuniões com os profissionais que atuam na unidade, com a finalidade de planejar e definir os projetos a serem desenvolvidos, em consonância com as orientações da secretaria e com o calendário institucional, abordando temáticas específicas de acordo com cada período.

Assim, considerando o período em que estive no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), foi possível observar e participar da programação desenvolvida no mês de

maio, na qual a Secretaria Municipal de Trabalho e Promoção Social (SEMTRAPS), responsável pela administração dos programas sociais dos municípios, executou as ações previstas pela Campanha Nacional de Enfrentamento ao Abuso e a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, intitulada “Faça Bonito 2024”. A referida programação foi organizada pela equipe técnica do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), em conjunto com o programa Cine-CRAS, contando com a participação de indivíduos contemplados nas quatro unidades de CRAS do município de Bragança.

Durante a vivência no CRAS, tive a oportunidade de atuar com dois grupos distintos: o primeiro composto por idosos e o segundo por crianças e adolescentes, cada qual com suas particularidades, histórias e desafios. A convivência com esses sujeitos sociais possibilitou uma compreensão mais aprofundada das realidades que atravessam suas trajetórias de vida, contribuindo para a ampliação da minha percepção enquanto professora em formação.

O grupo de idosos era composto, majoritariamente, por pessoas com idade superior a 60 anos, inseridos em contextos de vulnerabilidade social, sendo, em sua maioria, moradores de áreas periféricas e atendidos por programas sociais. Muitos apresentavam baixa escolaridade, com ensino fundamental incompleto ou inexistente, o que, contudo, não os impedia de demonstrar grande interesse, sensibilidade e participação nas atividades propostas. A vivência nas oficinas evidenciou a valorização desses sujeitos pelos espaços de convivência e expressão, nos quais buscavam não apenas aprendizado, mas também afeto, reconhecimento e pertencimento. Mesmo diante de algumas limitações físicas e cognitivas, mostraram-se abertos ao diálogo e engajados em ações voltadas à conscientização social e ao exercício da cidadania.

O grupo de crianças e adolescentes, com idades entre 4 e 17 anos, também se encontrava em situação de vulnerabilidade econômica e social, marcada pela ausência de recursos básicos, sendo assistidos pela unidade por meio da distribuição de cestas básicas. No que se refere à escolaridade, observei uma diversidade significativa, com crianças em processo de alfabetização e adolescentes cursando o ensino fundamental e médio. Apesar das adversidades enfrentadas, a participação desse grupo nas atividades foi caracterizada pela curiosidade, escuta ativa e envolvimento emocional. Em diversos momentos, os participantes demonstraram compreensão acerca dos temas abordados, verbalizando sentimentos, dúvidas e experiências pessoais, o que contribuiu para que o espaço de convivência se configurasse também como um ambiente de escuta e acolhimento.

3. PERSPECTIVAS METODOLÓGICAS

A presente pesquisa tem como base a abordagem qualitativa, uma vez que buscou compreender experiências formativas em sua complexidade, considerando os significados atribuídos por mim às vivências no âmbito do CRAS. De acordo com Minayo (2012), a pesquisa qualitativa é apropriada quando se pretende compreender fenômenos sociais a partir da perspectiva dos sujeitos envolvidos, valorizando a subjetividade, os sentidos e as interpretações.

No caso deste trabalho, o caminho metodológico escolhido foi a pesquisa autobiográfica, por meio da escrita de um memorial reflexivo. Segundo Nóvoa (1995, p. 25), "os professores precisam apropriar-se dos seus processos de formação e dar-lhes um sentido no quadro das suas histórias de vida", assim, este estudo retoma episódios que vivenciei num espaço não formal como forma de analisar minhas próprias aprendizagens e desafios.

A pesquisa também se sustenta em uma abordagem memorialística, que consiste em registrar lembranças e experiências vividas. Nesse sentido, Bosi (1994, p. 46) afirma que "a memória permite a relação do corpo presente com o passado e, ao mesmo tempo, interfere no processo atual das representações". Assim, as experiências rememoradas possibilitam a reflexão sobre a trajetória vivida e a construção de novos significados para a formação pessoal e profissional. Essa perspectiva, conforme Josso (2004) amplia a compreensão sobre a formação docente ao reconhecer que a construção da identidade profissional é atravessada por múltiplos tempos, espaços e memórias.

Como estratégia de construção e análise do material, optei pelo uso da narrativa de episódios significativos. Segundo Bolívar, Domingo e Fernández (2001), a narrativa constitui uma reconstrução da experiência que, por meio de um processo reflexivo, atribui significado ao que foi vivido. Desse modo, os acontecimentos que marcaram o meu percurso formativo tornaram-se objeto de reflexão crítica, possibilitando compreender as aprendizagens construídas ao longo da trajetória. Nessa perspectiva, os episódios vivenciados no CRAS foram relatados e analisados a partir das experiências vividas. Conforme Clandinin e Connelly (1995, p. 11), "os seres humanos são organismos contadores de histórias que, individual e socialmente, vivem vidas narradas". Assim, a pesquisa narrativa compreende as experiências pessoais como fonte de conhecimento e reflexão, permitindo que os acontecimentos vividos sejam interpretados e ressignificados no processo investigativo. Os relatos produzidos foram

posteriormente discutidos à luz de referenciais teóricos sobre educação não formal, formação docente e identidade profissional.

Portanto, as perspectivas metodológicas que sustentam este trabalho, autobiográfica memorialística e narrativa, convergem para um mesmo objetivo: reconhecer as experiências vividas como fonte legítima de conhecimento e como espaço fecundo para a constituição da minha identidade docente.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

As análises desta pesquisa foram organizadas em formas de episódios, entendidos como recortes significativos da experiência que permitem compreender, analisar e interpretar situações concretas vividas por mim em um espaço não escolar. Segundo Bolívar, Domingo e Fernández (2001, p.23), os episódios permitem a análise de experiências singulares que, embora particulares, revelam aspectos relevantes para a formação docente quando narrados, refletidos e fundamentados teoricamente.

Desta forma, os episódios selecionados dizem respeito às vivências educativas desenvolvidas em um CRAS no município de Bragança no Pará, que se mostraram formadoras por possibilitar a articulação entre teoria e prática, reflexão crítica e ampliação da identidade profissional docente. Assim, a análise dos resultados foi dividida em dois episódios centrais, que descrevem fatos ocorridos durante minhas experiências no CRAS e que foram essenciais para o desenvolvimento deste trabalho.

4.1. Episódio 1 – A Conscientização sobre o Enfrentamento ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes.

O primeiro episódio analisa uma experiência vivenciada durante a campanha “Faça Bonito”, realizada no mês de maio de 2024, no âmbito das atividades desenvolvidas no CRAS. A escolha deste episódio justifica-se pela relevância social da temática abordada e pelas contribuições que essa vivência proporcionou à minha formação docente. Ao longo da análise, foram discutidas as estratégias educativas utilizadas para promover a conscientização sobre o enfrentamento ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes, destacando a importância da escuta, do diálogo e das práticas pedagógicas desenvolvidas no CRAS, como instrumentos de proteção, cidadania e formação humana.

“Durante as atividades de maio de 2024, participei da campanha “Faça Bonito”, voltada ao enfrentamento ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes. Foram desenvolvidas ações educativas com crianças e adolescentes, incluindo exibição de filmes, rodas de conversa e dinâmicas. Essa experiência foi marcante pela delicadeza do tema e pela forma como exigiu sensibilidade pedagógica.

Por se tratar de um projeto de larga escala, a campanha “Faça Bonito” possibilitou o desenvolvimento de dinâmicas diárias ao longo de uma semana, onde foram organizadas atividades lúdicas que exemplificavam atitudes que pudessem vir a ser consideradas como abuso. Dentre as atividades realizadas, estava a exibição de filme seguido de roda de conversa, mediada pela pedagoga do espaço. As outras práticas foram a do semáforo do toque e palestra, também com a pedagoga da unidade.

Assim, as atividades tinham como objetivo desenvolver a conscientização sobre o abuso sexual e psicológico, com foco em instruí-los a identificar as formas de abuso que pudessem estar presentes à sua volta, reconhecendo episódios pessoais que pudessem já ter passado ou episódios em que pessoas próximas estivessem sujeitas. Desta forma, as atividades da campanha desenvolveram metodologias através da ludicidade, que incorporadas com as vivências pessoais de cada um dos participantes, possibilitaram um entendimento significativo sobre o tema discutido.

Início a análise deste episódio, contextualizando que a exibição do filme, se tratou de um documentário sobre abuso e exploração sexual, seguido de uma roda de conversa. Questionamos os participantes sobre como identificar situações de abuso e como pedir ajuda. Alguns relataram que sabiam reconhecer sinais, mas também manifestaram medo de contar, por acharem que não seriam acreditados. Conforme Faleiros (2005, p. 65), "a violência sexual constitui uma relação de poder que submete a criança ou o adolescente aos interesses e desejos do agressor". Nesse contexto, o enfrentamento dessa violência exige não apenas mecanismos de proteção, mas também ações de prevenção, acolhimento e fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários.

Foi um momento tocante, que revelou a complexidade da violência e a importância da escuta ativa e do acolhimento. Acreditar na palavra da criança, garantir-lhe espaço de fala e ação, é uma forma de resistência e transformação social. Nesse sentido, Benjamin (1994, p. 201) afirma que “o narrador retira da experiência o que ele conta: sua própria experiência ou a relatada pelos outros”. Assim, ouvir as narrativas das crianças e valorizar suas experiências

constitui um ato pedagógico fundamental, capaz de dar visibilidade a vivências muitas vezes silenciadas.

Participaram deste momento crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social e que são atendidas pelo CRAS, que fazem parte de programas sociais como Bolsa Família e que estavam devidamente matriculados e com frequência assídua na escola, o que é práxis exigida para participação em qualquer atividade da unidade. Os presentes na decorrência das atividades se mostraram bem participativos, não havendo objeção ou recusa em participar quando solicitado, o que pode ser compreendido de forma positiva no que se diz respeito ao alcance dos objetivos estabelecidos com as atividades, que era de possibilitar a compreensão através da participação ativa sobre o tema discutido.

Já ao que se trata da minha participação durante a campanha, estive de forma assídua presente na realização das atividades, participando ativamente do desenvolvimento e aplicação das mesmas, conforme solicitado pela direção da unidade. Entretanto, destaco a participação na atividade “Semáforo do Toque” que fora organizado e desenvolvido por mim e é sobre esta atividade que discuto mais detalhadamente a seguir.

O “Semáforo do Toque”, foi uma proposta educativa e lúdica que visava ensinar as crianças sobre os limites do corpo e o respeito à integridade física. O verde representava os toques permitidos, o amarelo os desconfortáveis e o vermelho os toques proibidos. A presente atividade tinha como objetivo desenvolver de forma simplificada e lúdica a discussão e reflexão sobre o abuso sexual, possibilitando através das experiências pessoais de cada pessoa presente na atividade, além das próprias vontades e limites impostos sobre seu próprio corpo, entender que os toques confortáveis e desconfortáveis apresentadas por cada um, ainda que distintos uns dos outros, eram válidos e precisavam ser respeitados.

Em conformidade com as discussões sobre abusos sexual, através dos toques, realizei uma atividade impressa com ilustrações de meninos e meninas, em que os alunos deveriam pintar as partes do corpo com as cores do semáforo. A partir dessas pinturas, emergiram relatos espontâneos sobre desconfortos com toques em regiões como barriga, coxas e braços. Foi um momento de escuta atenta, onde cada gesto e palavra traziam um mundo de significados. É possível compreender assim que a delicadeza do tema e a escuta das experiências compartilhadas pelas crianças e adolescentes é um ato de coragem e nesse sentido, Freire (1967, p. 97) afirma que “a educação é um ato de amor, por isso, um ato de coragem”. Falar sobre

abuso sexual com crianças exige exatamente essa coragem amorosa e a disposição para acolher, proteger e promover o diálogo sobre temas muitas vezes silenciados.

As partilhas das crianças e adolescentes evidenciaram a importância de serem escutadas, uma vez que a escuta possibilita a criação de espaços de diálogo entre educandos, professores e mediadores, fortalecendo vínculos de confiança e favorecendo transformações individuais e coletivas. Nesse contexto, a atividade contribuiu para que as informações compartilhadas fossem ressignificadas, promovendo a construção do conhecimento de forma crítica e reflexiva. Conforme Demo (2000), a educação deve favorecer a formação de sujeitos capazes de questionar, refletir e reconstruir conhecimentos, tornando-se protagonistas de sua própria aprendizagem. Esse princípio se confirmou no episódio, visto que o objetivo não se restringia a repassar informações, mas a provocar reflexão nas crianças e adolescentes atendidos. Assim, a prática pedagógica, nesse contexto, exigiu escuta, diálogo e postura ética diante de um tema social tão relevante.

No que se refere à minha experiência formativa como professora em formação, pude compreender, por meio dessa vivência, que a atuação docente também se insere em processos de defesa de direitos e fortalecimento da cidadania. Tal compreensão reafirma a perspectiva freiriana de que a educação não é neutra, estando sempre comprometida com determinados valores, concepções de mundo e projetos de transformação social (FREIRE, 1987). Além disso, foi possível perceber que a educação pode ser desenvolvida em espaços não escolares, uma vez que esses ambientes favorecem a construção de saberes a partir de experiências reais. Portanto, constituem-se como espaços essenciais para o desenvolvimento pessoal e social dos sujeitos. Essa compreensão evidencia a importância de espaços não escolares comprometidos com uma formação crítica de crianças e adolescentes. Nesse sentido, Frison (2004), ao discutir o lugar da educação na sociedade, afirma:

Na escola, na sociedade, na empresa, em espaços formais ou não formais, escolares ou não escolares, estamos constantemente aprendendo e ensinando. Assim, como não há forma única nem modelo exclusivo de educação, a escola não é o único em que ela acontece e, talvez, nem seja o mais importante. As transformações contemporâneas contribuíram para consolidar o entendimento da educação como fenômeno multifacetado, que ocorre em muitos lugares, institucionais ou não, sob várias modalidades (Frison, 2004, p. 88).

A partir dessa perspectiva, compreendo que os espaços não escolares desempenham papel fundamental na formação dos sujeitos, ampliando as possibilidades educativas e

contribuindo para a construção de conhecimentos, valores e práticas voltadas para a participação social e o exercício da cidadania.

Em resumo, este episódio representou uma experiência formativa significativa, pois possibilitou compreender a dimensão social, ética e humana da ação educativa. A participação na campanha evidenciou a importância da escuta sensível, do diálogo e do acolhimento como elementos fundamentais da prática pedagógica, especialmente diante de temáticas que envolvem a proteção de direitos e o desenvolvimento integral de crianças e adolescentes. Além disso, a vivência reforçou a compreensão de que educar vai além da transmissão de conhecimentos, constituindo-se também como um compromisso com a promoção da cidadania, da dignidade humana e da transformação social. Dessa forma, a experiência contribuiu para ampliar minha percepção sobre o papel do educador em diferentes contextos educativos, fortalecendo minha formação profissional e pessoal.

4.2. Episódio 2 – O Fortalecimento da Autoestima e Socialização de idosos.

O segundo episódio aborda uma experiência desenvolvida com o grupo de idosos atendidos pelo CRAS, por meio de uma oficina de confecção de flores realizada em alusão à campanha do “18 de Maio”. A análise desta vivência buscou evidenciar como atividades educativas em espaços não escolares podem contribuir para o fortalecimento da autoestima, da autonomia e da socialização dos participantes, ao mesmo tempo em que promovem a reflexão sobre temas sociais relevantes. Ao longo deste episódio, foram discutidas as contribuições da oficina para a formação cidadã dos idosos e para minha constituição como professora, destacando a importância das práticas educativas pautadas no diálogo, no respeito e na valorização das experiências de vida dos sujeitos.

No grupo de idosos, desenvolvi uma oficina de confecção de flores como forma de integrar a temática do “18 de maio”, dia nacional de combate ao abuso e a exploração sexual de crianças e adolescentes, sendo uma atividade que tinha como objetivo desenvolver para além da conscientização sobre o abuso sexual, estabelecer a convivência através da manualidade. O momento revelou a importância da valorização da autoestima, do desenvolvimento de habilidades e da promoção do convívio social para esse público.

A atividade previamente estabelecida no cronograma da instituição, foi organizada e desenvolvida por mim a pedido da direção da unidade, desta forma, os materiais utilizados e a aquisição dos mesmos esteve a cargo de minha responsabilidade, o que evidencia a precarização da atividade, entretanto, não me omiti de organizá-la ainda que tivesse que arcar com recursos

que não deveriam estar sobre minha responsabilidade.

A elaboração das peças de EVA para a produção das flores fora providenciada previamente por mim e por algumas colegas de turma que se disponibilizaram para contribuir com a atividade. Desta forma, com ajuda externa e com recursos também externos, consegui desenvolver a atividade de uma forma positiva e que alcançou os objetivos estabelecidos nela e de participação dos idosos presentes.

As flores confeccionadas foram utilizadas posteriormente na passeata do “18 de Maio”, organizada pela Prefeitura Municipal de Bragança. A construção desses materiais ocorreu de forma colaborativa, buscando integrar experiências, habilidades manuais e a expressão simbólica dos participantes. Procurei assegurar a manifestação da criatividade individual de cada idoso, a fim de promover sua autonomia na confecção das flores e consequentemente, sua participação ativa na discussão do tema gerador da atividade. Nesse sentido, Freire (1996, p. 59) afirma que “ensinar exige respeito à autonomia do ser do educando”, e foi exatamente essa autonomia que busquei preservar durante as oficinas desenvolvidas com os idosos.

A atividade foi carregada de sentido, cada flor representava a luta contra o abuso e a exploração sexual. As mulheres colaram suas flores em tiaras, enquanto os homens as fixaram em chapéus. Alguns realizaram as tarefas com independência, outros com auxílio, e em todos os momentos, estive envolvida desde a elaboração até a execução das propostas. Além da prática manual, também houve um importante momento de reflexão: uma palestra informativa voltada aos idosos, alertando-os sobre como identificar e denunciar casos de abuso sexual contra crianças, adolescentes e também contra os próprios idosos, um tema muitas vezes silenciado. Esse momento reforçou em mim o entendimento de que a educação social deve ir além dos conteúdos escolares: ela deve tocar a vida, os direitos e a dignidade humana. Conforme Gohn (2010), a educação não formal contribui para a formação cidadã dos sujeitos, favorecendo sua participação ativa na sociedade e a construção de uma consciência crítica. Nesse espaço, tanto idosos quanto jovens puderam atuar como agentes de conscientização, compartilhando experiências e saberes que fortaleceram o diálogo entre gerações.

Embora a oficina tenha alcançado seus objetivos, sua organização foi marcada por dificuldades relacionadas à escassez de recursos financeiros e materiais disponibilizados pela instituição para a realização da atividade. Diante dessa situação, a aquisição dos materiais necessários ficou sob minha responsabilidade, exigindo investimento de recursos próprios para viabilizar a proposta. Além disso, contei com o apoio voluntário de colegas de turma, que

contribuíram na preparação das peças utilizadas na confecção das flores. Essa realidade evidencia os desafios enfrentados na execução de algumas ações socioeducativas, mas também demonstra o comprometimento coletivo em garantir que atividades significativas fossem desenvolvidas junto aos idosos atendidos pelo CRAS, é visível a importância do CRAS na vida dos idosos. A partir disso, a unidade do CRAS realiza um acompanhamento assíduo e extremamente importante, que evoca a essencialidade dos idosos para as tomadas de decisões, construção e manutenção da sociedade.

A oficina realizada em alusão ao “18 de maio”, estabeleceu conexões de conhecimentos e reflexões não apenas sobre o tema central, o abuso sexual de crianças e adolescentes, que teve seus objetivos alcançados com excelência, mas desenvolveu a autoestima e autonomia dos idosos, desenvolvendo mecanismos importantes de diálogos pessoais entre os mediadores da oficina e os participantes, criando vínculos e momentos de companheirismo e fraternidade que poderão ficar na memória dessas pessoas. A proposta desenvolvida foi mais do que uma atividade pedagógica, foi um gesto político de resistência, de luta por direitos e de valorização da vida. A cada flor colada, a cada cor pintada e a cada fala escutada, construiu-se um pedaço de memória que hoje carrego como parte fundamental da minha identidade docente.

Assim, Libâneo (2002) afirma que práticas educativas em espaços não escolares ampliam as possibilidades de aprendizagem, ao integrarem saberes cotidianos e saberes sistematizados. Na oficina, percebi que o simples ato de produzir algo em grupo ultrapassou a dimensão técnica, funcionando como ferramenta de valorização pessoal e de fortalecimento de vínculos. Essa experiência me ensinou que a prática pedagógica requer adaptação às especificidades do público, o que, segundo Tardif (2002), constitui elemento central na construção da identidade docente. Ao mesmo tempo, evidenciou que a educação em espaços não formais se configura como processo contínuo de humanização, inclusão e valorização da experiência de vida dos sujeitos.

Desta forma, as atividades realizadas pelo CRAS e que contemplam um quantitativo significativo de atores sociais que se encontram à margem da sociedade, da economia, da justiça social e democrática, estando distante da dignidade da vida, encontram nas atividades não apenas um meio de complementar a educação do ensino regular ou uma forma de completar uma educação nunca recebida, como é o caso de alguns idosos, mas encontram no CRAS a esperança de encontro com a dignidade social e básica que todo indivíduo, por direito constitucional, deveria possuir em sua vida.

A educação não formal, atrelada com a busca por dignidade social de pessoas em estado de vulnerabilidade, possibilita o desenvolvimento de mecanismos que dialogando com a prática pedagógica, desenvolvem meios de emancipação crítica, entendendo assim que a educação é política e que portanto, precisa estabelecer modos de mudança social individual e coletiva, promovendo a consciência de classe crítica e emancipada, desenvolvendo a autonomia social no que se refere a influência direta dos indivíduos na construção da sociedade.

Destaco assim que a vivência nesse episódio contribuiu para minha formação docente ao reforçar a necessidade de sensibilidade, criatividade e flexibilidade, ao entender que a educação não formal precisa estar em estado constate de mudança e evolução, estando ligada às mudanças sociais e comunitárias aos quais os indivíduos estão sujeitos. Entender essa dimensão, é aceitar que a sociedade está sempre em mudança, uma vez que ela é composta por pessoas que estão sempre em cotidiana evolução.

Assim, a educação não formal presente nas metodologias aplicadas no CRAS, são indispensáveis para lidar com realidades diversas, especialmente em contextos de vulnerabilidade social, provocando sentimentos de pertencimento e conexões entre a pedagogia e os educadores, afim de se estabelecer meios para a promoção e mudança social, tal fato se explica ao destacar a visão humanista de Freire (1996, p. 23) sobre educação como prática de liberdade, que reforça a ideia de que o processo de aprender é permanente e essencial em todas as etapas da vida.

Em síntese, este episódio evidenciou que práticas educativas desenvolvidas com idosos em um espaço de educação não formal possuem um importante potencial formativo, tanto para os participantes quanto para os educadores envolvidos. A oficina possibilitou o fortalecimento de vínculos, a valorização das experiências de vida e o desenvolvimento da autonomia dos participantes, demonstrando que a aprendizagem ocorre em diferentes fases da vida e em diversos contextos sociais. Para minha formação docente, a experiência reforçou a importância de construir práticas pedagógicas sensíveis às necessidades dos sujeitos, pautadas no respeito, na participação e na promoção da cidadania, contribuindo para uma compreensão mais ampla do papel social da educação.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou refletir sobre as experiências vivenciadas no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), em Bragança, Pará, através de uma escrita

autobiográfica. Por meio da rememoração de episódios significativos, vivenciados na unidade, foi possível analisar como o espaço, tal como ambiente de educação não formal, contribui para a construção da identidade docente e para a compreensão ampliada do papel social do pedagogo.

A análise dos episódios evidenciou que as experiências vivenciadas no CRAS possibilitaram aprendizagens que ultrapassam os limites da formação acadêmica formal. Compreendi que ser pedagoga significa atuar como mediadora de saberes, promotora de cidadania e agente transformadora de realidades. Dessa forma, os resultados e discussões deste trabalho demonstram que a formação docente é enriquecida pela inserção em espaços não formais de educação, os quais desafiam o pedagogo a repensar suas práticas, assumir postura crítica e reafirmar o compromisso ético com a transformação social.

As vivências no CRAS revelaram-se fundamentais para minha formação. As atividades realizadas com o grupo de idosos mostraram a importância da escuta, da valorização da experiência de vida e da promoção da autoestima, permitindo perceber a educação como processo contínuo e transformador em todas as fases da existência. Já o contato com as crianças e adolescentes evidenciou a necessidade de práticas educativas baseadas no diálogo, na empatia e no compromisso ético, reafirmando que a atuação pedagógica ultrapassa os limites da escola e se enraíza nas demandas concretas da comunidade.

Ainda que o CRAS desenvolva um belo trabalho de acolhimento social e educacional, com objetivos que garantem o mínimo de direito aos cidadãos, é importante destacar que também há limitações e desafios a serem enfrentados. A falta de recursos técnicos e tecnológicos adequados para auxílio nas atividades é um ponto a se destacar, assim como a falta de um espaço adequado para a socialização dos projetos desenvolvidos, uma vez que as atividades eram realizadas em um galpão anexo à unidade, o qual não oferece muito conforto para as crianças, adolescentes e idosos.

Outro aprendizado significativo foi perceber a forma como o CRAS articula suas ações com a escola, exigindo que crianças e adolescentes estejam matriculados e frequentando as aulas para participarem das atividades. Esse detalhe, aparentemente simples, me fez compreender que a educação formal e a não formal juntas fortalecem o processo de formação cidadã. A interação com esses dois públicos reforçou a convicção de que a educação deve estar enraizada na realidade dos sujeitos, respeitando suas trajetórias, identidades e saberes. Tanto os idosos quanto as crianças e adolescentes demonstraram-se protagonistas de seus próprios

processos de aprendizagem e resistência, reafirmando a importância de uma prática pedagógica humanizada, comprometida com a promoção dos direitos e com a dignidade de cada indivíduo.

Dessa forma, compreendi que minha atuação como futura professora deve ser pautada pela sensibilidade, flexibilidade e capacidade de dialogar com diferentes realidades. O trabalho em ambiente não escolar não apenas enriqueceu minha formação acadêmica, mas também despertou em mim a consciência do papel social da educação, reafirmando meu compromisso em me tornar uma educadora capaz de promover transformações, onde quer que a educação aconteça aprendendo a valorizar a diversidade de sujeitos e contextos, a reconhecer a potência educativa de espaços não escolares e a compreender a docência como prática social que exige sensibilidade, criatividade e compromisso ético-político. A identidade docente, portanto, vai se constituindo no encontro entre teoria e prática, entre universidade e comunidade, entre saberes formal e experiências de vida.

Desta forma, trabalhar na perspectiva da pesquisa autobiográfica foi igualmente significativo. A escrita de memórias possibilitou revisitar meu percurso formativo, ressignificar experiências e compreender como cada vivência contribuiu para o meu crescimento pessoal e profissional. Nesse sentido, narrar e analisar minhas experiências no CRAS permitiu transformar lembranças em conhecimento, tornando a pesquisa um exercício de auto formação e de consciência crítica sobre a profissão docente.

Nesse processo, percebi que a pedagogia vai muito além da sala de aula. A colaboração mútua com outros profissionais foi de extrema importância, pois me proporcionou a oportunidade de aprender, trocar experiências e compreender o valor do trabalho em equipe. Essa convivência ampliou minha visão sobre o papel do pedagogo como agente transformador em diferentes contextos sociais, permitindo-me reconhecer que a educação também se constrói fora da escola, contribuindo para o desenvolvimento social e cultural.

Portanto, as experiências vivenciadas no CRAS evidenciaram que a Pedagogia desenvolvida em espaços não escolares possui uma relevante função social, especialmente junto a públicos em situação de vulnerabilidade. As ações educativas observadas e realizadas durante a pesquisa demonstraram que a educação não formal favorece a construção de conhecimentos, o fortalecimento da autoestima, a ampliação da participação social e a promoção da cidadania. Para minha formação docente, essa vivência possibilitou compreender que o trabalho pedagógico ultrapassa os limites da escola, alcançando diferentes contextos e sujeitos, sempre

comprometido com a dignidade humana, a inclusão social e a transformação da realidade. Dessa forma, o percurso realizado reafirmou a importância do pedagogo como agente educativo capaz de contribuir para a formação integral dos indivíduos e para a construção de uma sociedade mais justa, democrática e solidária.

Concluo que a educação não formal, especialmente a desenvolvida em espaços como o CRAS, representa um campo fecundo de aprendizagens e um terreno de formação do professor em formação inicial. As contribuições dessas experiências reafirmam a necessidade de que a universidade valorize práticas que aproximem os futuros professores da realidade social, possibilitando que sua formação seja, ao mesmo tempo, acadêmica, profissional e humana.

6. REFERÊNCIAS

- BENJAMIN, Walter. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: __. Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 197-221.
- BOLÍVAR, Antonio; DOMINGO, Jesús; FERNÁNDEZ, Manuel. La investigación ¹biográfico-narrativa en educación: enfoque y metodología. Madrid: La Muralla, 2001. BOSI, Ecléa. Memória e sociedade: lembranças de velhos. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.
- BRASIL. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1993.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004. Brasília, DF: MDS, 2004.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Orientações Técnicas sobre o PAIF: trabalho social com famílias do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família. Brasília, DF: MDS, 2012.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Orientações Técnicas: Centro de Referência de Assistência Social – CRAS. Brasília, DF: MDS, 2014.
- BRASIL. Ministério da Cidadania. Censo SUAS 2022. Brasília, DF: Ministério da Cidadania, 2022.
- CLANDININ, D. Jean; CONNELLY, F. Michael. Teachers' professional knowledge landscapes. New York: Teachers College Press, 1995.
- DEMO, Pedro. Educar pela pesquisa. 4. ed. Campinas: Autores Associados, 2000.
- FALEIROS, Vicente de Paula. A violência sexual contra crianças e adolescentes e a

construção de indicadores: a crítica do poder, da desigualdade e do imaginário. Brasília: UNICEF, 2005.

FREIRE, Paulo. Educação como prática da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967. FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FRISON, Lourdes Maria Bragagnolo. Educação e aprendizagem ao longo da vida. In: ENRICONE, Dêlcia (org.). Ser professor. 4. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004. p. 85-96.

GOHN, Maria da Glória. Educação não formal e cultura política. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

GOHN, Maria da Glória. Educação não formal e o educador social: atuação no desenvolvimento de projetos sociais. São Paulo: Cortez, 2010.

JOSSO, Marie-Christine. Experiências de vida e formação. São Paulo: Cortez, 2004.

LIBÂNEO, José Carlos. Pedagogia e pedagogos, para quê? 5. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 31. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

NÓVOA, António (org.). Os professores e a sua formação. 2. ed. Lisboa: Dom Quixote, 1995.

TARDIF, Maurice. Saberes docentes e formação profissional. Petrópolis: Vozes, 2002.